



## OS TRABALHADORES EM CAFÉ DE SANTOS: trajetória de uma associação operária durante a República Velha

**Filipe M. HORTA<sup>1</sup>; Márcio M. QUIDÁ<sup>2</sup>**

### RESUMO

Este relato de pesquisa, vinculado a um projeto em andamento, trata, de forma inédita na bibliografia das Ciências Humanas, da Sociedade dos Trabalhadores em Café de Santos (STC), fundada em 1919.. Analisamos preliminarmente a fundação e a atuação do sindicato no circuito agroexportador do café e seu posicionamento político frente às correntes ideológicas da época. Apontamos que a STC adotou postura conciliatória com os poderes públicos e com a Associação Comercial de Santos (ACS), sendo exceção em relação aos sindicatos operários do município. Este trabalho baseia-se documentos do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Santos/SP (RTD) e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital).

### Palavras-chave:

Café; República Velha; Santos-SP; Sindicato.

### 1. INTRODUÇÃO

O Brasil tornou-se o maior produtor mundial de café na segunda metade do século XIX e a commodity chegou a representar 70% da nossa exportação na transição do séc. XIX para o XX, com o porto de Santos tornando-se o principal polo exportador (Honorato & Ribeiro, 2016). A exportação passava diretamente pelas mãos de milhares de operárias e operários sem direitos trabalhistas. Essa situação se agravou ainda mais com as crises econômicas do período, de desvalorização cambial, aumento da dívida externa, inflação sobre os produtos básicos e a redução dos salários, motivando a organização da classe na Sociedade dos Trabalhos em Café de Santos (STC). O levantamento bibliográfico aponta que não há produções sobre tal sindicato e essa lacuna justifica a originalidade da pesquisa e o objetivo foi investigar o contexto de criação da STC, sua organização, rotina de trabalho e posicionamento político-ideológico.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em 1919, com o fim da I Guerra Mundial, Santos recuperava sua capacidade de exportação da principal commodity brasileira, o café. A produção vinha de baixas sucessivas após a superprodução de 1916 e a geada de 1918 (Delfim Netto, 1979). Nessa época, a produção cafeeira já era protegida pelo Convênio de Taubaté (1906), firmado entre governo federal e estaduais (Holloway, 1978). Com o rápido crescimento do parque cafeeiro paulista, passando de 106 milhões de pés em

<sup>1</sup> Bolsista PIBIC/CNPq, IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. E-mail: hortafilipem@gmail.com.

<sup>2</sup> Orientador, IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. E-mail: marcio.maltarolli@muz.ifsuldeminas.edu.br.

1875 para 824 milhões em 1920 (Costa, 1990), levou a desajustes econômicos aprofundados pelas superproduções de 1897, 1906 e 1916 (Delfim Netto, 1979).

Na primeira década de 1900 surgiu a primeira ordenação sindical brasileira, o Decreto nº 979/1903, que permitia a organização operária, assim como o Decreto nº 1.637/1907, que ordenava a criação de sindicatos profissionais, cooperativas e garantia a sua livre constituição, sem necessidade de autorização prévia, consolidando a autonomia e a não intervenção estatal (Gomes, 1979; Pinto, 2020). Imperava também o capitalismo industrial de primeira fase, modelo de acumulação de capitais, recaindo sobre o trabalhador a extração do excedente e a contínua insegurança (Fausto, 1977). No meio sindical brasileiro, o anarquismo possuía característica libertária, evolucionista, anticlerical e antiestatal. Era contra a criação de partido e focava em sindicatos autônomos e descentralizados para mediação de disputas trabalhistas e adotava forte código moral, que reafirmava o vegetarianismo, abstinência de álcool e fumo, e contra a “promiscuidade dos sexos” (Fausto, 1977; Batalha, 2012).

Com os anos finais da Grande Guerra, com o alto aumento do custo de vida e retração dos salários, ampliaram-se as manifestações pela carestia da vida que ocorriam desde 1912. Foi nesse contexto que, entre 1917 e 1920, ocorreu o maior número de greves da história brasileira até aquele momento e as greves gerais de julho de 1917 e outubro de 1919.

### **3. MATERIAL E MÉTODOS**

A pesquisa consultou os seguintes arquivos: a) Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RTD), Comarca de Santos/SP; b) Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital). O material foi analisado a partir da perspectiva da crítica das fontes (Le Goff, 2012; Cellard, 2012; Foucault, 2012) e atento às dificuldades no uso de documentos policiais do período (Rosemberg; Souza, 2009; Carneiro, 2014).

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A primeira assembleia da Sociedade dos Trabalhadores em Café (STC) do município de Santos aconteceu em 11 de maio de 1919. Em 27 de julho, o sindicato foi oficialmente fundado após três assembleias sobre o estatuto e firmaram-se 134 fundadores<sup>3</sup>. O registro seguiu a Lei nº 173/1893, que regulava a organização das associações civis, e o Decreto nº 12.343/1917, que instruiu a execução provisória do registro público. A primeira sede social foi na Rua José Ricardo, no centro da área bancária e cafeeira, próxima às principais firmas exportadoras e agências comissárias<sup>4</sup>. A STC agrupou trabalhadores diversos: ensacadores, operadores de máquinas, catadeiras, costureiras e

---

<sup>3</sup> RTD Santos. *Certidão da Sociedade dos Trabalhadores em Café*, averbação nº 160, 26 de agosto de 1919.

<sup>4</sup> RTD Santos. *Certidão da Sociedade dos Trabalhadores em Café*, 1919.

carregadores e, em 1925, alegou representar cerca de 3 mil operários<sup>5</sup>, que deveriam ter “bom procedimento”, idade superior a 21 anos e inferior a 50 e sem impedimentos físicos para o trabalho. A questão moral era latente e quatro artigos do estatuto proibiam a embriaguez e atos “libidinosos”, estipulando penalidades.

Em seu estatuto, definiu o amparo ao associado como objetivo central, nos âmbitos individual e coletivo, preocupando-se com os desenvolvimentos moral, material e intelectual. No campo trabalhista, propôs a defesa dos direitos da categoria, como a regulamentação e aprimoramento das condições de trabalho, a assistência jurídica e a mediação de controvérsias trabalhistas. O sindicato também desempenharia papel assistencialista, como escola infantil, assistência médica e manteria um fundo específico para situações de greve. A STC era dirigida por uma diretoria, eleita anualmente, composta por presidente, vice-presidente, secretários, tesoureiro e procurador. No organograma estava previsto ainda um fiscal geral e, a assembleia geral, era tida como poder coletivo e legislativo, soberana em suas resoluções.

Ao chegar a Santos, o café era direcionado para as casas comissárias, agências exportadoras e empresas de armazéns. Nesses locais, os trabalhadores cuidavam de todo o processo de manuseio, rebenefício e preparo para exportação<sup>6</sup>. Todo o trabalho era precificado pela Associação Comercial de Santos (ACS) e, em 1919, ela já estava há oito anos sem reajuste<sup>7</sup>. Apesar da carga horária superior a 10 horas em 1923<sup>8</sup>, o salário era por saca. E, apesar da Lei de Férias de 1925, é possível afirmar que, ao menos até os trabalhadores em café não tiveram esse direito garantido antes da década de 1930. Um dirigente da STC posicionou politicamente a classe, afirmando que o sindicato “tem por fim evitar os maus fermentos que perturbam a vida das classes operárias, e procura ser calma e serena mediadora entre patrões e trabalhadores”, destacando “que até hoje nada pediu, esperando que os dignos patrões espontaneamente reconhecessem as necessidades”<sup>9</sup>. Após anos de debate e correção parcial da tabela de remuneração em 1924<sup>10</sup>, insuficiente para garantir o poder de compra de 1910, a STC iniciou, em maio de 1925, sua primeira greve<sup>11</sup>, que terminou na mesma semana, após a ACS contratar estivadores e “fura-greves” da zona portuária carioca<sup>12</sup>. A STC voltou a dialogar por sua remuneração somente em agosto de 1929<sup>13</sup>, negociação suspensa pela ACS com a crise de outubro<sup>14</sup>.

---

<sup>5</sup> BNDigital. *A Tribuna*, 08-03-1925, nº 341, p. 8.

<sup>6</sup> BNDigital. *Gazeta do Povo*, 28-07-1920, nº 789, p. 2.

<sup>7</sup> BNDigital. *Gazeta do Povo*: 30-09-1919, nº 536, p. 1.

<sup>8</sup> BNDigital. *A Tribuna*, 03-07-1923, nº 98, p. 4.

<sup>9</sup> BNDigital. *Gazeta do Povo*, 30-09-1919, nº 536, p. 1.

<sup>10</sup> BNDigital. *Gazeta do Povo*, 04-04-1924, nº 1856, p. 4.

<sup>11</sup> BNDigital. *Gazeta do Povo*, 19-05-1925, nº 2187, p. 1.

<sup>12</sup> BNDigital. *A Gazeta*, 22-05-1925, nº 5786, p. 5.

<sup>13</sup> BNDigital. *Praça de Santos*, 06-09-1929, nº 2782, p. 6.

<sup>14</sup> BNDigital. *A Tribuna*, 13-12-1929, nº 260, p. 5.

## 5. CONCLUSÃO

A análise preliminar da Sociedade dos Trabalhadores em Café de Santos (STC), fundada em 1919, evidencia a especificidade de sua atuação sindical articulando reivindicações laborais a uma postura conciliatória diante das elites comerciais e do poder público, diferenciando-se do perfil combativo de outras associações operárias da época. A ausência de estudos anteriores sobre o sindicato revela não apenas uma lacuna historiográfica, mas também o potencial analítico do tema para compreender as formas de organização e negociação da classe trabalhadora na República Velha.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 159954/2024-0.

## REFERÊNCIAS

BATALHA, C. H. M. O Movimento Operário Brasileiro e a Inspiração Internacional (1870-1920). **Canoa do Tempo**, Manaus v. 5/6, n. 1, 2012, p. 75-88.

CARNEIRO, M. L. T. Os arquivos da polícia política brasileira. In: **Os presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, p. 13-32, 2014.

CELLARD, A. A análise documental. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-316.

COSTA, I. D. **Estatísticas básicas da agricultura paulista (1839-1988)**. São Paulo: FEAUSP, 1990.

DELFIM NETTO, A. **O problema do café do Brasil**. Rio de Janeiro: IBC, 1979.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GOMES, A. M. C. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

HOLLOWAY, T. **Vida e morte do Convênio de Taubaté**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HONORATO, C. T.; RIBEIRO, L. C. M. O café e a modernização portuária de Santos (1869-1914). **Histórias e espaços portuários: Salvador e outros portos**. Salvador: EdUFBA, 2016, p. 337-364.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

PINTO, A. P. Sindicalismo no Brasil: breve história. **Cordis**, São Paulo, n. 24, v.1. 2020, pp. 20-43.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROSEMBERG, A.; SOUZA, L. A. F. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. **Patrimônio e Memória**, v. 5 n. 2, p. 159-173, 2009.